RESUMO DE PORTARIA

PORTARIA N.º 1140/2008-GAB. SUSIPE, DE 30/10/2008
O SUPERINTENDENTE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, conferidas através da lei nº 6.668 de 13 de Setembro de 2004.
TORNAR SEM EFEITO o DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO, do servidor JOSE DINALDO RODRIGUES FREITAS, Agente Prisional conforme mandato de reintegração e notificação.

DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

PARTE: SUSIPE e ROZINALDO BARROS BORGES

Matricula nº: 5816599

Cargo: AGENTE PRISIONAL

Data da Dispensa: a pedido a contar de 01/10/2008

Ordenador de Despesa Responsável: Sandoval Bittencourt de O. Neto.

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2008

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2008

O Departamento de Trânsito do Estado do Pará, através do presente Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 2147/2008-DG/DAF/CDRH, torna pública a suspensão da abertura do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2008, tipo "MENOR PREÇO MENSAL", cujo objeto é a contratação de empresa especializada em Telecomunicações para a prestação de serviço de transmissão de dados, sob demanda, através de uma rede de comunicação digital privativa e independente, com internet dedicada (determinística), independente de protocolo, com locação de roteadores, cuja finalidade é a interligação corporativa das redes locais (LAN) das unidades do DETRAN-PA, para análise quanto ao deferimento/indeferimento das impugnações interpostas ao certame, visto que o prazo para julgamento das mesmas, estabelecido no artigo 9º, inciso V da Lei Estadual nº 6.474/2002, é exíguo para a aferição do referido julgamento.

Belém, 31 de outubro de 2008.

Raimundo Daniel da Silva Cunha

Pregoeiro

Visto:

LÍVIO RODRIGUES DE ASSIS

Diretor Geral

DETRAN/PA

EDITAL DE LEILÃO N.º 002/2008-DETRAN/PA COMISSÃO PERMANENTE DE LEILÃO DE VEÍCULOS LEILÃO N.º 002/2008-DETRAN/PA

OBJETO: Alienação de veículos apreendidos, removidos e recolhidos no Parque de Retenção do DETRAN/PA, há mais de 90 (noventa) dias, nos termos da Resolução n.º 178/2005-CONTRAN

EDITAL DE LEILÃO

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ – DETRAN/PA, por meio da Comissão Permanente de Leilão, instituída mediante PORTARIA N.º 1183/2008-DG/PROJUR, publicada no Diário Oficial do Estado nº 31171, edição de 19.05.2008, torna público que realizará licitação, sob a modalidade LEILÃO, tipo "MAIOR OFERTA", para alienação de veículos automotores, em condições de RECUPERÁVEIS e de SUCATAS, cujos lotes estão identificados pelo número, placa, Unidade Federativa de registro, ordem alfanumérica do chassi, cor, marca/modelo, ano, RENAVAL e preço mínimo, depositados no Parque de Retenção de Veículos no bairro do Tenoné da referida Autarquia de Trânsito há mais de 90 (noventa) dias, conforme condições constantes neste Edital e relação que se encontra à disposição dos interessados no Anexo, divulgados no site www.detran.pa.gov.br e afixados nos locais previstos na legislação, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e normas contidas no Art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, c/c o art. 5º da Lei Federal nº 6.575, de 30 de setembro de 1978, que dispõe sobre depósito e venda de veículos apreendidos, removidos e recolhidos em todo território nacional, e art. 2º da Resolução nº 178/2005-CONTRAN, que dispõe sobre a uniformização de procedimentos para a realização de hasta pública, além da Resolução nº 179/2005-CONTRAN, que estabelece a revisão de procedimentos para a baixa de registro de veículos.

I – DATA, LOCAL E HORÁRIO DO LEILÃO:

1.1. O procedimento do leilão será conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial do Estado do Pará, conforme designação da Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA) e assessorado pela Comissão de Leilão, em sessão pública, no local, data e horário a seguir especificados:

1.1.1. Data: 01.12 e 02.12 de 2008

1.1.2. Horário de início: 09h00.

1.1.3. Local: CENTUR.

II – OBJETO DO LEILÃO:

2.1. O presente leilão tem por objeto leiloar os veículos que se encontram a mais de 90 (noventa) dias no Parque de Retenção do DETRAN/PA, os quais foram apreendidos, removidos ou recolhidos por esta Autarquia.

2.2. Será permitida apenas a avaliação visual e vedados quaisquer outros procedimentos como manuseio, experimentação e retirada de peças.

2.3. Os veículos dividem-se em lotes de SUCATAS (sem direito de voltarem a circular) e lotes de RECUPERÁVEIS (com possibilidade de voltarem a circular), conforme Anexo deste Edital, e vendidos no estado e condições em que se encontrarem, em funcionamento ou não, descabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

III – VISITAÇÃO PÚBLICA DOS VEÍCULOS:

3.1. Os veículos objeto do leilão poderão ser examinados pelos interessados no período compreendido entre os dias 24 à 28/11/2008, das 09h às 12h, no citado Parque de Retenção de Veículos no bairro do Tenoné.

IV – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1. Poderão participar do certame e oferecer lances verbais as pessoas jurídicas devidamente representadas, inscritas no Cadastro de Pessoa Jurídica – CNPJ, e pessoas físicas identificadas presentes à sessão pública, maiores de 18 anos ou emancipadas na forma da legislação vigente, ambas inscritas no Cadastro de Pessoa Física – CPF.

4.2. No ato de arrematação, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos ao leiloeiro, sob pena de nulidade do lance:

a) Pessoa Física: RG, CPF e comprovante de residência, além do comprovante de emancipação, quando for o caso;

b) Pessoa Jurídica:

b-1) CNPJ, endereço completo atualizado, inscrição estadual;

b-2) Registro Comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b-3) RG e CPF do representante, que deverá estar devidamente habilitado por instrumento público ou particular de procuração, na qual se declare expressamente ter poderes específicos de decisão durante a presente licitação, acompanhada por cópia do ato de investidura do outorgante e no caso de procuração particular, a mesma deve ter firma reconhecida em Cartório.

4.2.1. Na hipótese de pessoas emancipadas constarem como representante legal da pessoa jurídica licitante, é mister que se apresente instrumento de procuração específico de participação no leilão, com firma reconhecida, comprovando a representação por quem de direito com poderes bastantes, e que satisfaçam as demais condições deste Edital.

4.2.2. Os documentos referidos no item 4.2 deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão de Imprensa Oficial.

4.3. Cada pessoa física ou jurídica apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de documentos de identificação, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo, assim, por todos os efeitos, sua representação. Ressalta-se que nenhuma pessoa, ainda que credenciada, poderá representar mais de um participante.

V – DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

5.1. Não será permitida a participação de:

a) Membros da Comissão de Leilão, servidores do DETRAN/PA e aqueles que, a qualquer título, recebam numerários dos cofres da Instituição, inclusive os terceirizados, bem como os temporários;

b) Pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas ou punidas com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por órgão ou entidade integrante da Administração Direta ou Indireta das esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal;

c) Os atuais proprietários dos veículos objetos do presente Leilão;

d) Pessoas menores de 18 anos;

e) Pessoas não emancipadas.

VI – DO PROCEDIMENTO:

6.1. Os participantes efetuarão LANCES verbais, a partir do PREÇO MÍNIMO DE AVALIAÇÃO, constante no Anexo deste Edital, considerando-se vencedor o licitante que houver feito a MAIOR OFERTA ACEITA PELO LEILOEIRO.

6.2. Na sucessão de lances, a diferença do valor NÃO PODERÁ ser inferior ao percentual indicado pelo leiloeiro no início da arrematação do lote, podendo a Comissão de Leilão ou o apregoador alterar essa diferença no decorrer do leilão, tornando pública a alteração.

6.3. O licitante, ao arrematar um lote, deverá se dirigir imediatamente à mesa após a "batida do martelo" pelo leiloeiro, munido dos documentos previstos no item 4.2 deste Edital, sob

pena de perder o direito ao lote, sendo considerado nulo o lance oferecido, retornando o lote ao leilão.

VII – DOS VALORES A SEREM PAGOS PELO ARREMATANTE:

7.1. O valor do lance só poderá ser pago à vista no ato da arrematação, em dinheiro (moeda corrente nacional) ou depósito/transferência na Conta Corrente deste Departamento de Trânsito.

7.2. Se o arrematante não cumprir com as condições acima estabelecidas (itens 6.1.; 6.2. e 6.3), o (s) bem (ns) poderá (ão) ser alienado (s) no mesmo evento em que fora arrematado, a juízo da Comissão de Leilão.

7.3. Além do valor do bem, seja recuperável ou sucata, fica o arrematante ciente da responsabilidade pelo pagamento referente ao ICMS, na alíquota de 17% sobre o valor da arrematação, devendo o mesmo dirigir-se para receber orientações e adotar os procedimentos devidos, ao prédio da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda - SEFA, da Av. Gentil Bittencourt nº 2566, 2º (Segundo) Andar, Belém-PA, setor de orientação e apoio à fiscalização, (Coordenadoria Estadual de Receitas Tributárias e Não-Tributárias – CERAT).

7.4. Caso o arrematante opte pelo pagamento mediante depósito/transferência, ou seja, não efetue o pagamento integral em dinheiro, fica obrigado a prestar caução no percentual de 10% sobre valor da arrematação do bem (em dinheiro, moeda corrente nacional), imediatamente após a "batida do martelo", valor este que será restituído após a comprovação do referido depósito/transferência. Outrossim, caso o arrematante não cumpra os procedimentos estabelecidos, perderá o direito à restituição do valor deixado como caução.

7.5. Correrá por conta do arrematante o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor do lote arrematado, referente à comissão do leiloeiro, valor este que será pago em dinheiro (moeda corrente nacional), após a arrematação.

7.6. Ficará ainda sob responsabilidade do arrematante o registro dos veículos leiloados na condição de RECUPERÁVEIS junto ao DETRAN/PA, com o pagamento dos respectivos encargos patrimoniais, tais como: IPVA atual, DPVAT, licenciamento atual, taxa de transferência de propriedade, taxa de vistoria e quaisquer outras necessárias para a regularização do veículo.

7.7. Durante a realização do leilão fica proibida a cessão, a qualquer título, dos direitos adquiridos pelo arrematante.

7.8. Uma vez aceito o lance, não se admitirá a sua desistência.

VIII – DA ENTREGA DO BEM:

8.1. A entrega do (s) bem (ens) arrematado (s) dar-se-á a partir do dia 08 de dezembro de 2008, de 09h às 13h, condicionada à apresentação do Termo de Arrematação para Fins de Registro, Recibo de Compra fornecida pelo Leiloeiro e da guia autêntica de arrecadação do ICMS correspondente.

8.1.1. Nos casos do arrematante ser pessoa física, o(a) mesmo(a) também deverá entregar cópia da carteira de identidade.

8.1.2. Nos casos de arrematante pessoa jurídica, seus representantes deverão apresentar o original ou cópia autenticada do ato constitutivo e alterações, onde conste que eles sejam representantes da Empresa; ou sendo eles procuradores dela, e não sócios, deverão deixar a original da procuração e cópia de sua identidade.

8.2. Em todos os casos, o licitante vencedor não poderá alegar que desconhece as condições atuais do(s) bem(ns) alienado(s), obrigando-se a aceitá-lo(s) no estado em que se encontrar(em) e a retirá-lo(s) até o dia 15.12.2008 de 09h00 às 13h00, pelo que, caso contrário, implicará a declaração de abandono, sem direito à devolução do valor pago pela arrematação, retornando o(s) bem(ns) a depósito para ser leiloados em outra oportunidade.

IX – DOS DIREITOS E DEVERES DO ARREMATANTE:

9.1. O arrematante se obriga a transferir a titularidade do(s) veículo(s) classificados como RECUPERÁVEIS para o seu nome, junto ao DETRAN/PA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de retirada do bem, responsabilizando-se pelo pagamento das taxas porventura decorrentes do previsto no Art. 123 do Código de Trânsito Brasileiro.

9.2. O arrematante do veículo considerado RECUPERÁVEL receberá o bem livre e desembaraçado de quaisquer ônus, exceto os débitos atinentes ao IPVA atual, DPVAT, licenciamento atual, taxa de transferência de propriedade, taxa de vistoria e quaisquer outros necessários para a regularização do veículo, os quais correrão por sua própria conta, com o objetivo de registrar a propriedade do bem junto ao Órgão de Trânsito.

9.3. O arrematante do veículo considerado SUCATA, ou seja, sem condições de circular, receberá o bem sem quaisquer ônus, sendo sua arrematação voltada apenas para fins de desmanche.

9.4. O arrematante do veículo considerado SUCATA assinará "Termo de Responsabilidade", comprometendo-se em não circular em vias abertas ao público, tomando ciência das infrações criminais e civis que será cometido, caso venha a circular com o mesmo.

9.5. O arrematante do veículo considerado RECUPERÁVEL assinará "Termo de Responsabilidade", comprometendo-se em circular com o mesmo somente após a legalização junto ao DETRAN/PA, tomando ciência das infrações criminais e civis que será cometido, caso venha a circular com o mesmo..